



MINISTÉRIO DAS CIDADES

SISTEMÁTICA 2012

Manual para Apresentação de Propostas

Programa 2054

Planejamento Urbano

Iniciativa

Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental.

Ação 20NR_

Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro de Estado:

MÁRIO NEGROMONTE

Chefe de Gabinete:

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO

Secretário-Executivo:

ROBERTO DE OLIVEIRA MUNIZ

Secretária Nacional de Habitação:

INÊS MAGALHÃES

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental:

LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI

Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana:

LUIZ CARLOS BUENO DE LIMA

Secretário Nacional de Programas Urbanos

NORMAN OLIVEIRA

SUMÁRIO

Parte 1 – REABILITAÇÃO URBANA

- 1 Apresentação
- 2 Objetivo do Programa
- 3 Diretrizes e Princípios Gerais

Parte 2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA E MODALIDADES DE APOIO

- 1 Finalidade
- 2 Modalidades e Composição do Investimento
 - 2.1 MODALIDADE 1 - ELABORAÇÃO DE PLANOS DE REABILITAÇÃO URBANA
 - 2.2 MODALIDADE 2 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADOS DE REABILITAÇÃO URBANA
 - 2.3 MODALIDADE 3 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS
 - 2.4 MODALIDADE 4 – EXECUÇÃO DE OBRAS INTEGRADAS DE REABILITAÇÃO URBANA
 - 2.5 MODALIDADE 5 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS.

Parte 3 – SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROPOSTAS

- 1 Quem Pode Pleitear os Recursos.
- 2 Origem dos Recursos e Contrapartida.
- 3 Participantes e Atribuições.
- 4 Contrapartida.
- 5 Roteiro para Apresentação e Seleção de Propostas.
- 6 Critério para Seleção de Propostas.
- 7 Disposições Finais

ANEXOS

- 1 Conteúdo mínimo do Plano de Reabilitação Urbana
- 2 Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 2
- 3 Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 3
- 4 Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 4
- 5 Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 5
- 6 Plano de Trabalho para todas as modalidades
- 7 Declaração de capacidade técnica e gerencial
- 8 Declaração de disponibilidade de Contrapartida

Parte 1 – REABILITAÇÃO URBANA

1 APRESENTAÇÃO

Este manual tem como objetivo apresentar à administração pública direta e indireta estadual, do Distrito Federal e municipal, os fundamentos técnicos da **Ação: 20NR Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas** do

Programa 2054 - PLANEJAMENTO URBANO, Iniciativa: Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental, acrescido das orientações necessárias à apresentação de propostas a serem implementadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

É imprescindível a consulta ao Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades não inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aprovado pela Portaria nº 517 publicada em 3.11.2010, comum a todos os programas do Ministério das Cidades que operam com descentralização de recursos provenientes do Orçamento Geral da União, bem como aos dispositivos do Decreto 6.170/2007, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.465/2011.

Cabe à Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos exercer todas as atribuições que estão catalogadas na Portaria nº 517/2010 como sendo de competência do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, nos casos em que a proposta selecionada vier a ser executada por convênio com órgão ou entidades proponentes.

2 OBJETIVO

Objetivo 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

3 DIRETRIZES E PRINCÍPIOS GERAIS

- 1 Promover a melhoria da qualidade de vida da população e dos usuários das áreas urbanas;
- 2 Garantir o acesso a terra urbanizada, regularizada e bem localizada;
- 3 Contribuir para o exercício da função social da propriedade;
- 4 Aplicar os instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários previstos no Estatuto da Cidade para a disponibilização do estoque imobiliário ocioso e para a regulação da valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos na reabilitação urbana e para a preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- 5 Contribuir para a redução do déficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos, da recuperação do acervo edificado para o uso residencial articulado às outras funções urbanas, do fomento ao entendimento da habitação como um serviço a ser prestado à população e da construção de políticas habitacionais alternativas à transferência de propriedade;
- 6 Promover a integração e a urbanidade em grandes vazios urbanos remanescentes de áreas industriais, ferroviárias e ou portuárias subutilizadas e causadoras de isolamento, garantindo: o aporte de novas infraestruturas e equipamentos urbanos que possibilitem a circulação e o transporte universalmente acessível; o estímulo à permanência de atividades produtivas compatíveis com os novos usos; o desenvolvimento de projetos habitacionais valorizando o uso misto, a diversidade de classes de renda e as iniciativas de geração de emprego e renda;
- 7 Incentivar a atração de novos contingentes populacionais de diversos segmentos sociais para as áreas centrais;
- 8 Compatibilizar os planos, estratégias e ações de reabilitação com o Plano Diretor Municipal (Lei 10.257/2001) ou equivalente atualizado, ou com Plano de Ação Estadual ou Regional, além do Plano de Gestão Integrada da Orla, Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, Plano de Ação do PAC Cidades Históricas e demais planos setoriais, entre outros, quando existentes, bem como com as normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

- 9 Assegurar a preservação do ambiente urbano, natural e construído, valorizando o patrimônio cultural e a paisagem urbana;
- 10 Instituir mecanismos de gestão permanente e participativa das políticas de reabilitação urbana, assegurando a participação da sociedade civil nas decisões, acompanhamento e monitoramento das ações;
- 11 Promover e apoiar a integração das ações públicas e dos investimentos necessários à reabilitação urbana através: da criação de unidades gestoras intersetoriais e federativas; do estímulo à atuação integrada do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada;
- 12 Garantir a existência de áreas para a instalação de equipamentos culturais de uso coletivo e de espaços públicos de qualidade com acessibilidade universal, favorecendo os deslocamentos não motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos do transporte motorizado individual;
- 13 Garantir o atendimento aos idosos ou portadores de necessidades especiais, pela adoção de projetos ou soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas ou urbanísticas (conforme Lei Federal 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004), e implantação de equipamentos comunitários específicos;
- 14 Consolidar a cultura e prática urbana de reaproveitamento do potencial edílico através da adoção de soluções técnicas que visem o desenvolvimento da tecnologia de construção de reformas, a formação e capacitação de mão de obra especializada e o aperfeiçoamento das linhas de financiamento do setor;
- 15 Priorizar a utilização de mão de obra local, com especial atenção aos formados em oficinas de capacitação em reforma e restauro;
- 16 Prever, na escolha das técnicas construtivas e de materiais, a compatibilidade com as características regionais, climáticas e culturais da área, objetivando racionalizar a obra e prever a conservação das construções minimizando os gastos nas intervenções futuras e preservando a identidade local e o patrimônio cultural;
- 17 Priorizar a permeabilidade do solo nas soluções de pavimentação, assegurando que a execução de obras e serviços de calçamento e pavimentação asfáltica prevejam soluções adequadas de drenagem pluvial;
- 18 Promover o pequeno comércio como fator gerador de emprego e renda e de dinamização econômica e de uso público do espaço urbano e sua qualificação;
- 19 Incentivar a permanência e inclusão social da população de baixa renda que resida ou trabalhe na área de intervenção, por meio da ampliação das condições de acesso à moradia, ao trabalho e aos serviços públicos;
- 20 Promover o desenvolvimento de uma política de atendimento à população em situação de rua;
- 21 Promover e incentivar a coexistência de usos, funções e perfis sociais na área de intervenção escolhida;
- 22 Priorizar a contratação de projetos urbanos e edifícios por meio de concurso público, conforme previsto nas modalidades de licitação da Lei nº 8666/1993.
- 23 Promover atividades educativas no âmbito patrimonial e ambiental de modo que a população se aproprie do patrimônio cultural e natural e das intervenções promovidas, e entenda-se como co-responsável por sua manutenção e conservação;
- 24 Elaborar e desenvolver formas e processos que visem a publicização, o monitoramento e acompanhamento das ações de reabilitação urbana.

Parte 2 – AÇÃO E MODALIDADES DE APOIO

Ação: 20NR Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas

1 FINALIDADE

Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração e implementação de planos e projetos integrados de reabilitação urbana, em consonância com o Estatuto da Cidade e com o Plano Diretor, visando a melhoria da qualidade do espaço urbano por meio da dinamização do uso e ocupação do solo, da requalificação de imóveis e espaços públicos e da infraestrutura urbana, da valorização e preservação do patrimônio de interesse cultural e ambiental, do melhor aproveitamento de imóveis subutilizados, da promoção de melhorias ambientais e do aumento da diversidade social.

2 MODALIDADES E COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A ação será implementada por intermédio das cinco modalidades abaixo discriminadas:

2.1. MODALIDADE 1 - ELABORAÇÃO DE PLANOS DE REABILITAÇÃO URBANA

Definição: Esta modalidade contempla a elaboração de Planos de Reabilitação Urbana que definirão as áreas a serem reabilitadas e o conjunto de ações, estratégias, meios e projetos de intervenções integradas necessários para a requalificação física e/ou econômica dos espaços urbanos, os custos e prazos para a concretização das ações a serem implementadas, bem como seu marco legal. Esta modalidade inclui, também, a elaboração de estruturas de gestão, de legislação específica e de programas necessários para promover a reabilitação e fortalecer a capacidade de gestão na área de intervenção, nos diversos aspectos – técnicos, institucionais, jurídicos, sociais, econômicos, culturais e financeiros.

Composição: A composição de um Plano de Reabilitação deve prever no mínimo as seguintes etapas e conteúdos discriminados no Anexo I deste Manual.

Produtos esperados, entre outros:

- a) Relatório contendo a Metodologia (obrigatório)
- b) Relatório(s) contendo o Trabalho Técnico Social e seus resultados (obrigatório)
- c) Relatório(s) contendo o Diagnóstico (obrigatório)
- d) Relatório(s) contendo a Proposição de ações (obrigatório)
- e) Minuta(s) de projeto(s) de lei para área de intervenção;
- f) Minuta(s) de programa(s) ou projeto(s) para área de intervenção;
- g) Projeto(s) básico(s) arquitetônico(s) e/ou urbanístico(s) para alguma intervenção proposta

Observação: Todos os produtos devem ser enviados ao Ministério das Cidades.

Composição do investimento: É representado pelo somatório das parcelas de custos de serviços necessários à execução do Plano de Reabilitação Urbana e deverá ser composto, exclusivamente, pelos itens abaixo:

a) **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** valor correspondente aos custos de mão-de-obra especializada para elaboração de pesquisas, estudos, levantamentos, propostas e projetos, ficando vedado o pagamento de qualquer espécie a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observado o disposto no art. 20 da Lei nº 12.465/2011 – LDO.

b) **CAPACITAÇÃO TÉCNICA:** valor correspondente a cursos, seminários, oficinas e atividades de capacitação diretamente vinculados ao plano para os gestores e técnicos municipais e sociedade civil organizada ou não, através de:

i. Capacitação de lideranças e/ou grupos representativos, que entre outros temas, incluam: processo de gestão comunitária; o papel das associações e dos grupos representativos da população; cooperativas de serviços ou de produção (objetivos, organização e funcionamento); a estrutura institucional e participativa existente no governo e seus programas; assessoramento em questões técnicas manifestadas durante o processo de consolidação e formalização da organização, que exijam experiências e conhecimentos especializados.

ii. Capacitação de gestores e técnicos municipais e/ou estaduais, que entre outros temas, incluam: processo de gestão integrada; cooperação federativa; elaboração e aplicação de modelos de gestão e de aplicação de recursos; elaboração de sistemas de monitoramento e avaliação; e indicadores para análise, aprovação, monitoramento e avaliação do projeto.

c) **COMUNICAÇÃO:** realização de ações de divulgação e intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, em especial de autoridades ou servidores públicos;

d) **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E/OU AMBIENTAL:** promoção de atividades educativas no âmbito do patrimônio cultural e ambiental, abrangendo mobilização, elaboração e execução do material e das propostas. As ações educativas deverão: provocar o envolvimento direto da população, possuir abordagens diferentes para cada tipo de público que se pretenda atingir, ser realizadas de forma articulada com instituições públicas e privadas e possuir metodologia que proporcione a aprendizagem significativa dos participantes.

e) **DESPESAS DE MANUTENÇÃO:** custeio de despesas com transporte, alimentação, diárias de pessoal técnico e auxiliar para participação em atividades de capacitação diretamente relacionadas com o objetivo do plano. O pagamento de diárias deve observar o disposto no art. 20, Inciso X, da Lei nº 12.465/2011 – LDO.

Serão admitidos outros componentes além daqueles acima discriminados, desde que devidamente justificados e previamente solicitados e aprovados pelo Ministério das Cidades, vedada a compra de equipamentos, mobiliários, veículos, bem como qualquer outra despesa não relacionada exclusivamente com as atividades da modalidade implementada, observado ainda o disposto no Art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e no art. 20 da Lei nº 12.465/2011– LDO.

2.2 MODALIDADE 2 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADOS DE REABILITAÇÃO URBANA

Definição: Esta modalidade contempla a elaboração de projetos básicos e executivos integrados de reabilitação urbana com o objetivo principal de melhorar espaços, estruturas e equipamentos necessários para a requalificação de áreas urbanas degradadas e/ou subutilizadas. Os projetos definirão os custos e cronogramas físico e financeiro das ações a ser implementadas e as fontes de recursos previstas. Esta modalidade inclui também a elaboração de projetos complementares de equipamentos e infraestrutura urbanos, paisagismo e urbanização.

Na medida em que o ambiente urbano a ser reabilitado é composto de elementos físicos e humanos de naturezas diferentes que se relacionam de forma complexa, entende-se por projeto urbano integrado ações planejadas, projetadas e executadas de forma associada, que busquem soluções não isoladas para os problemas urbanos.

Observação:

- O proponente deve priorizar a contratação de projetos integrados de reabilitação urbana por meio de concurso público, que é uma das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8666/1993.
- A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de **Termo de Referência** conforme modelo no anexo II.

Composição: Os projetos poderão ser de implantação, ampliação, restauração, melhoria ou adequação dos seguintes itens, abaixo relacionados, desde que:

- estejam previstos no Plano Diretor e/ou nos planos e estratégias de reabilitação urbana;
- sejam relacionados a equipamentos e imóveis públicos ou comunitários relevantes na área de intervenção;
- sejam compostos de dois ou mais itens abaixo de modo a configurar um projeto urbano integrado:
 - a) Reabilitação e/ou adaptação de espaços e logradouros de uso público tais como: praças, parques, mercados, feiras, boulevares, galerias, calçadas e demais lugares de convívio social, respeitando as normas de acessibilidade universal e de preservação do patrimônio cultural e ambiental. Não são permitidos projetos e/ou obras em espaços de uso privado ou limitados a uma parcela da população;
 - b) Reabilitação e/ou adaptação de equipamentos comunitários voltados à cultura, saúde, educação, segurança, desporto, lazer, convivência, assistência à infância, ao idoso, às pessoas com deficiência, à mulher, e à geração de trabalho e renda das famílias beneficiadas, observando-se as carências do local;
 - c) Implantação, remodelação, ampliação, melhoria e adequação de infraestrutura urbana: redes de distribuição de água e esgoto, drenagem pluvial – subterrânea ou superficial - resíduos sólidos, pavimentação, contenção, iluminação pública, telefonia, enterramento de fiação elétrica e/ou telefônica, implantação de cabeamento óptico ou redes de gás, acessibilidade e mobilidade urbana;
 - d) Implantação, ampliação, melhoria e adequação de mobiliário urbano - elementos complementares e acessórios do paisagismo, da sinalização, acessibilidade e da circulação urbana.
 - e) Regulamentação e diretrizes para implementação de Operações Urbanas Consorciadas, desde que respeitadas as diretrizes e condições previstas nos artigos 32 a 34 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001).

Os projetos deverão estar de acordo com as legislações urbanística, de uso e ocupação do solo do município, ambiental e de proteção do patrimônio cultural que porventura incidam sobre a área de intervenção. Deverão também ser compatíveis às características regionais, locais, climáticas e culturais da área e adotar soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade universal, com conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/00 e Decreto 5.296 de 02/12/04.

Os projetos deverão prever estratégias para viabilização da respectiva obra, bem como estratégias para divulgação de seu conteúdo para a população.

Composição do investimento é representado pelo somatório das parcelas de custos de serviços necessários à execução das etapas e poderão ser compostas, exclusivamente, pelos itens abaixo:

- a) **LEVANTAMENTOS:** valor correspondente aos custos de elaboração de levantamentos necessários à elaboração de projetos. Podem ser contemplados: levantamento arquitetônico, urbanístico, paisagístico, de elementos artísticos, arqueológico, estrutural, geológico, sondagens, econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários desde que devidamente justificados previamente, solicitados e aprovados pelo gestor da ação;
- b) **PROJETOS:** valor correspondente a projetos básicos ou executivos: arquitetônico, urbanístico, paisagístico, de restauração, estrutural e complementares (hidráulico, elétrico, drenagem pluvial, automação predial, prevenção de incêndios, entre outros);
- c) **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** ver item **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** valor correspondente aos custos de mão-de-obra especializada para elaboração de pesquisas, estudos, levantamentos, propostas e projetos, ficando vedado o pagamento de qualquer espécie a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observado o disposto no art. 20 da Lei nº 12.465/2011 – LDO;
- d) **COMUNICAÇÃO:** realização de ações de divulgação e intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, em especial de autoridades ou servidores públicos;
- e) **DESPESAS DE MANUTENÇÃO:** custeio de despesas com transporte, alimentação, diárias de pessoal técnico e auxiliar para participação em atividades de capacitação. O pagamento de diárias deve observar o disposto no art. 20, Inciso X, da Lei nº 12.465/2011– LDO;
- f) **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:** valor correspondente a estudos e pesquisas que visem a implementação do conjunto de ações que objetivem a regularização dominial e do uso e ocupação do solo e de imóvel(is) na área de intervenção;
- g) **REGULAMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE:** custeio de estudos e pesquisas que subsidiem a regulamentação de instrumentos previstos na Lei nº 10.257/2001, que sejam implementados na área de intervenção ou que tenham efeitos diretos sobre ela;

Serão admitidos outros componentes além daqueles acima discriminados, desde que devidamente justificados e previamente solicitados e aprovados pelo Ministério das Cidades, vedada a compra de equipamentos, mobiliários, veículos, bem como qualquer outra despesa não relacionada exclusivamente com as atividades da modalidade implementada, observado ainda o disposto no Art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e art. 20 da Lei nº 12.465/2011 – LDO.

Produtos esperados, entre outros:

- a) Relatório contendo o Termo de Referência (obrigatório)
- b) Levantamentos
- c) Projetos
- d) Minuta(s) de projeto(s) de lei para área de intervenção.

Observação: Todos os produtos devem ser enviados ao Ministério das Cidades

2.3. MODALIDADE 3 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS

Definição: Esta modalidade contempla a elaboração de projetos de reforma, restauração, reabilitação, edificação e/ou adaptação edilícia com o objetivo principal de utilizar imóveis urbanos ociosos, vazios, abandonados, subutilizados e insalubres, preferencialmente públicos, disponíveis para promoção de uso habitacional de interesse social, uso público e coletivo e uso misto. Os projetos deverão definir custos e cronogramas físico e financeiros e as respectivas fontes de recursos. Esta modalidade inclui também a elaboração de projetos complementares de instalações prediais, estrutura, paisagismo, prevenção e combate a incêndios, laudos de estado de conservação e capacidade estrutural, bem como projetos de adaptação de edifícios e/ou equipamentos públicos para uso de pessoas com deficiência.

Os projetos deverão estar de acordo com as legislações urbanística, de uso e ocupação do solo do município, ambiental e de proteção do patrimônio cultural que porventura incidam sobre o imóvel ou área de localização do imóvel. Deverão também ser compatíveis às características regionais, locais, climáticas e culturais da área, e adotar soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade universal, com conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/00 e Decreto 5.296 de 02/12/04.

Observação:

- O proponente deve priorizar a contratação de projetos arquitetônicos de reabilitação de imóveis por meio de concurso público, que é uma das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8666/1993.
- A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de **Termo de Referência** conforme modelo no anexo III.

Composição: O projeto poderá envolver a execução dos itens abaixo relacionados:

- a) Levantamentos necessários à elaboração de projetos: levantamento arquitetônico, urbanístico, paisagístico, de elementos artísticos, arqueológico, estrutural, geológico, sondagens e outros que se fizerem necessários desde que devidamente justificados;
- b) Projetos de reabilitação edilícia, envolvendo ações de reforma, restauração, melhoria e adequação de edifícios, além de projetos complementares de instalações prediais de água, esgoto, resíduos sólidos, eletricidade, telefonia, cabos óticos e projetos de readequação estrutural;
- c) Laudos de estado de conservação e capacidade estrutural;
- d) Estudos e pesquisas necessários à regularização e adaptação da situação fundiária, dominial e de uso e ocupação;
- e) Projetos de implantação, ampliação, melhoria e adequação de mobiliário urbano - elementos complementares e acessórios do paisagismo, da sinalização e da acessibilidade;
- f) Levantamentos e definição de demanda, no caso da previsão de uso habitacional;

Os projetos deverão prever estratégias para viabilização da respectiva obra, bem como estratégias para divulgação de seu conteúdo para a população.

Observação: Só poderão ser apoiados projetos destinados a construções novas se os mesmos destinarem-se à utilização de terrenos vazios e/ou ociosos ou estejam previstos em Plano de Reabilitação Urbana ou similar.

Composição do investimento é representado pelo somatório das parcelas de custos de serviços necessários à execução dos projetos e poderá ser composto, exclusivamente, pelos itens abaixo:

- a) **LEVANTAMENTOS:** valor correspondente aos custos de elaboração de levantamentos necessários à elaboração de projetos. Podem ser contemplados: levantamento arquitetônico, de elementos artísticos, arqueológico, estrutural, geológico, sondagens, econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários desde que devidamente justificados previamente, solicitados e aprovados pelo gestor da ação;
- b) **PROJETOS:** valor correspondente a projetos básicos ou executivos: arquitetônico, de restauração, estrutural e complementares (hidráulico, elétrico, drenagem, automação predial, prevenção e combate a incêndios, entre outros);
- c) **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** ver item **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** valor correspondente aos custos de mão-de-obra especializada para elaboração de pesquisas, estudos, levantamentos, propostas e projetos, ficando vedado o pagamento de qualquer espécie a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observado o disposto no art. 20 da Lei nº 12.465/2011 – LDO;
- d) **COMUNICAÇÃO:** realização de ações de divulgação e intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, em especial de autoridades ou servidores públicos;
- e) **DESPESAS DE MANUTENÇÃO:** Custeio de despesas com transporte, alimentação, diárias de pessoal técnico e auxiliar para participação em atividades de capacitação. O pagamento de diárias deve observar o disposto no art. 20, Inciso X, da Lei nº 12.465/2011– LDO.
- f) **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:** valor correspondente à implementação do conjunto de ações que objetivem a regularização dominial e do uso e ocupação do solo e de imóvel(is) na área de intervenção.

Serão admitidos outros componentes além daqueles acima discriminados, desde que devidamente justificados e previamente solicitados e aprovados pelo Ministério das Cidades, vedada a compra de equipamentos, mobiliários, veículos, bem como qualquer outra despesa não relacionada exclusivamente com as atividades da modalidade implementada, observado ainda o disposto no Art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e art. 20 da Lei nº 12.465/2011– LDO.

Produtos esperados, entre outros:

- a) Relatório contendo o Termo de Referência (obrigatório)
- b) Levantamentos
- c) Projetos
- d) Laudos
- e) Estudos e pesquisas

Observação: Todos os produtos devem ser enviados ao Ministério das Cidades

2.4. MODALIDADE 4 – EXECUÇÃO DE OBRAS INTEGRADAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Definição: Esta modalidade contempla a execução de obras integradas de reabilitação urbana com o objetivo principal de melhorar espaços, estruturas e equipamentos necessários para a reabilitação de áreas urbanas degradadas e/ou subutilizadas, bem como sua adaptação para uso de pessoas com deficiência.

Na medida em que o ambiente urbano a ser reabilitado é composto de elementos físicos e humanos de naturezas diferentes que se relacionam de forma complexa, entende-se por projeto urbano integrado ações planejadas, projetadas e executadas de forma associada, que busquem soluções não isoladas para os problemas urbanos.

As obras deverão estar de acordo com as legislações urbanística, de uso e ocupação do solo do município, ambiental e de proteção do patrimônio cultural que porventura incidam sobre a área de intervenção. Deverão também ser compatíveis às características regionais, locais, climáticas e culturais da área, e adotar soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade universal, com conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/00 e Decreto 5.296 de 02/12/04.

Observação: A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de **Termo de Referência** conforme modelo no anexo IV.

Composição: As obras poderão envolver:

- a) Reabilitação e/ou adaptação de espaços e logradouros de uso público tais como: praças, parques, mercados, feiras, boulevares, galerias, calçadas e demais lugares de convívio social, respeitando as normas de acessibilidade universal e de preservação do patrimônio cultural e ambiental. Não são permitidos projetos e/ou obras em espaços de uso privado ou limitados a uma parcela da população;
- b) Reabilitação e/ou adaptação de equipamentos comunitários voltados à cultura, saúde, educação, segurança, desporto, lazer, convivência, assistência à infância, ao idoso, às pessoas com deficiência, à mulher e à geração de trabalho e renda das famílias beneficiadas, observando-se as carências do local;
- c) Implantação, remodelação, ampliação, melhoria e adequação de infraestrutura urbana: redes de distribuição de água e esgoto, drenagem pluvial – subterrânea ou superficial - resíduos sólidos, pavimentação, contenção, iluminação pública, telefonia, enterramento de fiação elétrica e/ou telefônica, implantação de cabeamento óptico ou redes de gás;
- d) Implantação, remodelação ampliação, melhoria e adequação de mobiliário urbano - elementos complementares e acessórios do paisagismo, da sinalização e da circulação urbana.
- e) Implementação de Operações Urbanas Consorciadas, desde que respeitadas as diretrizes e condições previstas nos artigos 32 a 34 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001).

As obras deverão prever estratégias de divulgação da intervenção para a população.

Observação: A pavimentação não poderá ser objeto principal da intervenção, sendo admitida somente de forma conjugada e complementar às demais soluções para a reabilitação da área de intervenção, devendo seguir, para tanto, as seguintes recomendações:

- a) Deve ser executada a adequada drenagem pluvial, superficial (guia e sarjeta) e/ou subterrânea, não sendo permitido o uso do asfalto no caso da drenagem superficial.
- b) Devem ser viabilizadas, sempre que possível, soluções alternativas à utilização de asfalto, tais como bloquetes ou pedras que, além de favorecerem maior calma e segurança no trânsito, apresentam reduzidos custos de execução e manutenção, favorecem o escoamento das águas pluviais e podem ser fabricados e executados com ajuda da própria comunidade, proporcionando geração de trabalho e renda;
- c) Deverão ser priorizadas as vias utilizadas pelo transporte coletivo e deverá ser prevista a execução de calçadas e passeios para circulação de pedestres, em acordo com o disposto na Lei Federal 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, no tocante a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Composição do investimento: representado pelo somatório das parcelas de custos de obras e serviços necessários à execução da proposta e será composto, exclusivamente, pelos itens abaixo.

a) **LEVANTAMENTOS:** valor correspondente aos custos de elaboração de levantamentos necessários à execução das obras. Podem ser contemplados: levantamento arquitetônico, urbanístico, paisagístico, de elementos artísticos, arqueológico, estrutural, geológico, sondagens, econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários desde que devidamente justificados previamente, solicitados e aprovados pelo gestor da ação;

b) **PROJETOS:** valor correspondente aos custos de elaboração dos projetos necessários à execução das obras e serviços propostos. Admite-se que o projeto seja contabilizado como item de contrapartida do proponente, limitado a 5% (cinco por cento) do valor do empreendimento. Gastos com projetos acima deste limite serão admitidos como contrapartida adicional do proponente;

c) **SERVIÇOS PRELIMINARES:** valor referente aos custos de limpeza, estabilização (se houver), demolições (se houver), cercamento e instalação de canteiros;

d) **IMÓVEL:** valor correspondente à aquisição, desapropriação, regularização ou avaliação de imóveis, acrescido das correspondentes despesas de registro e legalização, quando for o caso. Nestes casos, o terreno objeto da operação deverá ter seu valor atestado e verificada a sua titularidade pela CAIXA;

e) **INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS:** valor cabível somente nos casos de remanejamento e reassentamento e correspondente às despesas necessárias à indenização de benfeitorias realizadas pelas famílias residentes na área objeto da intervenção, limitado à avaliação efetuada por órgão competente estadual ou municipal;

f) **INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL:** valor correspondente ao custo da(s) obra(s) de infraestrutura e/ou recuperação ambiental, incluindo material, mão-de-obra e encargos;

g) **REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS PÚBLICOS:** valor correspondente ao custo das obras de implantação, remodelação, ampliação, melhoria e adequação de espaços públicos, equipamentos e/ou mobiliário urbanos, incluindo material, mão-de-obra e encargos;

h) **TRABALHO SOCIAL:** valor correspondente aos custos obrigatórios de elaboração e implementação do Trabalho Técnico Social, de acordo com metodologia da CAIXA;

i) **CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA RESTAURO:** valor correspondente à elaboração e execução de curso de capacitação de mão-de-obra para restauro, composto de módulo teórico e prático. Os participantes do curso devem ser provenientes de comunidades carentes da cidade onde a área de intervenção se localiza. O módulo prático deve ser feito em imóveis e/ou logradouros a ser restaurados, objetos desta modalidade;

j) **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL:** promoção de atividades educativas no âmbito do patrimônio cultural e ambiental, abarcando mobilização, elaboração e execução do material e das propostas. As ações educativas deverão: provocar o envolvimento direto da população, possuir abordagens diferentes para cada tipo de público que se pretenda atingir, ser realizadas de forma articulada com instituições públicas e privadas e possuir metodologia que proporcione a aprendizagem significativa dos participantes;

k) **COMUNICAÇÃO:** realização de ações de divulgação e intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, em especial de autoridades ou servidores públicos.

Serão admitidos outros componentes além daqueles acima discriminados, desde que devidamente justificados e previamente solicitados e aprovados pela CAIXA, vedada qualquer outra despesa não

relacionada exclusivamente com as atividades inerentes a modalidade implementada, observado ainda o disposto no Art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e art. 20 da Lei nº 12.465/2011–LDO.

Produtos esperados, entre outros:

- a) Relatório contendo o Termo de Referência (obrigatório)
- b) Relatório contendo o Trabalho Técnico Social e seus resultados (obrigatório)
- c) Levantamentos
- d) Projetos
- e) Relatórios de evolução da obra com registro de imagem (obrigatório)
- f) Laudos
- g) Estudos e pesquisas

Observação: Todos os produtos devem ser enviados ao Ministério das Cidades

2.5. MODALIDADE 5 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS.

Definição: Esta modalidade contempla a execução de obras de reabilitação, reforma, edificação, restauração e/ou adaptação edilícia com o objetivo principal de utilizar imóveis urbanos ociosos, vazios, abandonados, subutilizados e insalubres, preferencialmente públicos, disponíveis para promoção de uso habitacional de interesse social, uso público e coletivo e uso misto.

Esta modalidade inclui também a execução de projetos e obras complementares de instalações prediais, estrutura, paisagismo, prevenção e combate a incêndios, laudos de estado de conservação e capacidade estrutural, bem como a adaptação de edifícios e/ou equipamentos públicos para uso de pessoas com deficiência.

As obras deverão estar de acordo com as legislações urbanística, de uso e ocupação do solo do município, ambiental e de proteção do patrimônio cultural que porventura incidam sobre o imóvel ou área de localização do imóvel. Deverão também ser compatíveis às características regionais, locais, climáticas e culturais da área, e adotar soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade universal, com conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/00 e Decreto 5.296 de 02/12/04.

Observação: A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de **Termo de Referência** conforme modelo no anexo V.

Composição: As obras poderão envolver:

- a) Reabilitação edilícia, envolvendo ações de reforma, melhoria e adequação de edifícios;
- b) Edificações parciais, envolvendo ações de ampliação ou adaptação de uso.
- c) Restauração edilícia, envolvendo ações de recuperação, melhoria e adequação de edifícios. Complementarmente poderão ser previstas ações de capacitação da mão-de-obra e de educação patrimonial.
- d) Execução, melhoria, readequação, ampliação e/ou reforma de instalações prediais de água, esgoto, resíduos sólidos, eletricidade, telefonia, cabos óticos e sistemas estruturais.

e) Implantação, ampliação, melhoria e adequação de mobiliário urbano - elementos complementares e acessórios do paisagismo, da sinalização e da acessibilidade.

f) Implementação de ações que objetivem a regularização dominial, do uso e ocupação do solo e do imóvel, bem como ações necessárias para a definição da demanda, no caso da execução de obras com finalidade habitacional.

As obras deverão prever estratégias de divulgação da intervenção para a população.

Observação: Só poderão ser apoiadas construções novas se as mesmas destinarem-se à utilização de terrenos vazios e/ou ociosos ou estejam previstas em Plano de Reabilitação Urbana ou similar.

Composição do investimento: representado pelo somatório das parcelas de custos de obras e serviços necessários à execução da proposta e será composto, exclusivamente, pelos itens abaixo.

a) **LEVANTAMENTOS:** valor correspondente aos custos de elaboração de levantamentos necessários à execução de obras. Podem ser contemplados: levantamento arquitetônico, urbanístico, paisagístico, de elementos artísticos, arqueológico, estrutural, geológico, sondagens, econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários desde que devidamente justificados previamente, solicitados e aprovados pelo gestor da ação;

b) **PROJETOS:** valor correspondente aos custos de elaboração dos projetos necessários à execução das obras e serviços propostos. Admite-se que o projeto seja contabilizado como item de contrapartida do proponente, limitado a 1,5% (um e meio por cento) do valor do empreendimento. Gastos com projetos acima deste limite serão admitidos como contrapartida adicional do proponente;

c) **SERVIÇOS PRELIMINARES:** valor referente aos custos de limpeza, estabilização (se houver), demolições (se houver), cercamento e instalação de canteiros;

d) **RESTAURAÇÃO:** valor correspondente ao custo das obras de restauração arquitetônica, urbanística, estrutural, arqueológica e de elementos artísticos de imóveis inventariados, tombados ou no entorno de bem tombados, incluindo material, mão-de-obra e encargos;

e) **RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO PÚBLICO OU CONVERSÃO DE IMÓVEIS PARA USO PÚBLICO** – valor correspondente às obras de recuperação, reforma, melhoria ou adequação para atividades de uso público;

f) **EDIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO HABITACIONAL OU CONVERSÃO DE IMÓVEIS PARA USO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL OU DE USO MISTO** – valor correspondente às obras de edificação, recuperação, reforma ou adequação para atividades de uso em habitação de interesse social. Neste caso, os recursos devem compor com recursos oriundos de programas habitacionais;

g) **IMÓVEL:** valor correspondente à aquisição, desapropriação, regularização ou avaliação de imóveis, acrescido das correspondentes despesas de registro e legalização, quando for o caso. Nestes casos, o terreno objeto da operação deverá ter seu valor atestado e verificada a sua titularidade pela CAIXA;

h) **INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS:** valor cabível somente nos casos de remanejamento e reassentamento e correspondente às despesas necessárias à indenização de benfeitorias realizadas pelas famílias residentes nos imóveis objeto da intervenção, limitado à avaliação efetuada por órgão competente estadual ou municipal;

i) **CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA RESTAURO:** valor correspondente à elaboração e execução de curso de capacitação de mão-de-obra para restauro, composto de módulo teórico e prático. Os participantes do curso devem ser provenientes de comunidades carentes da cidade onde

o(s) imóvel(is) se localiza(m). O módulo prático deve ser feito em edificação(ções) a ser(em) restaurada(s), objeto desta modalidade;

j) **TRABALHO SOCIAL:** valor correspondente aos custos obrigatórios de elaboração e implementação do Trabalho Técnico Social, de acordo com metodologia da CAIXA;

k) **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL:** promoção de atividades educativas no âmbito do patrimônio cultural e ambiental, abrangendo mobilização, elaboração e execução do material e das propostas. As ações educativas deverão: provocar o envolvimento direto da população, possuir abordagens diferentes para cada tipo de público que se pretenda atingir, ser realizadas de forma articulada com instituições públicas e privadas e possuir metodologia que proporcione a aprendizagem significativa dos participantes.

l) **COMUNICAÇÃO:** realização de ações de divulgação e intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, em especial de autoridades ou servidores públicos.

Serão admitidos outros componentes além daqueles acima discriminados, desde que devidamente justificados e previamente solicitados e aprovados pela CAIXA, vedada qualquer outra despesa não relacionada exclusivamente com as atividades inerentes a modalidade implementada, observado ainda o disposto no Art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 nº. 127 de 29 de maio de 2008 e art. 20 da Lei nº 12.465/2011 – LDO.

Produtos esperados, entre outros:

- a) Relatório contendo o Termo de Referência (obrigatório)
- b) Relatório contendo o Trabalho Técnico Social e seus resultados (obrigatório)
- c) Levantamentos
- d) Projetos
- e) Relatórios de evolução da obra com registro de imagem (obrigatório)
- f) Laudos
- g) Estudos e pesquisas

Observação: Todos os produtos devem ser enviados ao Ministério das Cidades

PARTE 3: SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROPOSTAS

1 QUEM PODE PLEITEAR OS RECURSOS

- a) O Chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou seu representante legal.
- b) Os dirigentes máximos de órgãos da administração indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Observação: Para todas as modalidades, é necessário que o proponente tenha legitimidade para a implementação do objeto da proposta ou obtenha autorização do responsável para sua execução.

2 ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos são os seguintes:

- a) Orçamento Geral da União – OGU;
- b) contrapartida dos Agentes Executores; e
- c) outros que vierem a ser definidos.

3 ATRIBUIÇÕES

As atribuições dos participantes estão descritas no Decreto 6.170/ 2007, na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, na Lei nº 12.465/2011 bem como no art. 25 e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe à Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos exercer todas as atribuições que estão catalogadas na Portaria nº 517/2010 como sendo de competência do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, nos casos em que a proposta selecionada vier a ser executada por convênio com órgão ou entidades proponentes.

4 CONTRAPARTIDA E ENTREGA DO PRODUTO FINAL

A contrapartida fica definida na forma disposta no Decreto 6.170/ 2007, na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e na Lei nº 12.465/2011 – LDO.

A contrapartida deverá ser, necessariamente, financeira.

Ao final do contrato ou do convênio, o município deverá enviar **obrigatoriamente** ao Ministério das Cidades todos os produtos elaborados, com cópia em meio digital (CD ou DVD).

5 ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

A Sistemática 2012 prevê abertura de Consulta Prévia no Portal de Convênios do Governo Federal (SICONV) para todas as Modalidades da **Ação: 20NR Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas do Programa 2054 - PLANEJAMENTO URBANO**, Iniciativa: **Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental**,

Serão aceitas propostas apresentadas por prefeituras municipais, Governos Estaduais e Distrito Federal, podendo o mesmo ente apresentar propostas para as cinco modalidades existentes na ação.

Os proponentes deverão anexar à proposta cadastrada no SICONV os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho conforme o modelo constante no anexo VI para cada proposta cadastrada;
- b) Cópias do RG, CPF, comprovante de residência, termo de posse e diploma do representante legal do proponente;
- c) Declaração de capacidade técnica e gerencial conforme modelo constante no anexo VII deste manual;
- d) Declaração de disponibilidade orçamentária para pagamento da contrapartida, conforme anexo VIII, acompanhada de cópia da Lei Orçamentária Anual do proponente que comprove a existência dos recursos declarados.

Observação: a não apresentação de qualquer um dos itens acima acarretará a desclassificação automática da proposta.

6 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS

O processo de seleção considerará as disponibilidades orçamentária e financeira, na qual os proponentes poderão candidatar-se a uma ou mais modalidades, desde que pertençam a uma dessas categorias:

1) Municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, composto por municípios:

a) Integrantes das Regiões Metropolitanas de Belém/PA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS e da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal – RIDE/DF; ou

b) Com população acima de 70 mil habitantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou

c) Com população acima de 100 mil habitantes localizados nas regiões Sul e Sudeste.

2) Municípios que possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural;

3) Municípios que estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

4) Municípios que estejam localizados em costas marítimas ou fluviais.

Observação:

- Não serão aceitas propostas em municípios que não se enquadrem em pelo menos uma das categorias listadas acima.

- Governos Estaduais poderão apresentar propostas desde que as mesmas se destinem a municípios que se enquadrem nos parâmetros acima.

Serão priorizadas propostas apresentadas por ou destinadas a municípios que:

a) Possuam Planos de Reabilitação Urbana elaborados;

b) Tenham assinados Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito dos Planos de Ação do PAC das Cidades Históricas;

c) Estejam localizados em costas marítimas ou fluviais e que tenham elaborado Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla).

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

Somente serão celebrados convênios e/ou contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública que disponham de condições técnicas para executá-los, conforme o disposto no § 3º do Artigo 1º da Portaria CGU/MF/MP 507/2011.

Serão assinados convênios somente para propostas selecionadas nas Modalidades 1, 2 e 3. Para propostas selecionadas nas Modalidades 4 e 5 serão assinados contratos de repasse através da CAIXA.

Caberá à Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e à CAIXA, quando couber, na data da celebração do pacto e em eventuais aditamentos de valor consultar o Cadastro Único de Convênio, a fim de verificar a regularidade cadastral do ente federado proponente, nos termos exigidos pela Portaria CGU/MF/MP 507/2011 e art. 37 da Lei nº 12.465/2011 – LDO.

8 CONTATOS EM CASO DE DÚVIDAS

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 1, Bloco H, Ed. Telemundi II, 7º andar, Sala 707.

CEP 70070-010 Brasília - DF

Telefone: (0XX61) 2108.1696 / 2108.1006 / 2108.1478 / 2108.1479

FAX: (0XX61) 2108.1149

E-mail: centros@cidades.gov.br

Internet: <http://www.cidades.gov.br>

CAIXA

Superintendência Nacional de Repasses - SUREP

Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, 11º andar

CEP 70.092-900 Brasília - DF

Telefones: (0XX61) 3206.9341 / 3206.8111

E-mail: genoa@caixa.gov.br

Internet: <http://www.caixa.gov.br>

Agências e Escritórios de Negócios da CAIXA

Encontrados em todo o território nacional.

ANEXO I - Conteúdo mínimo de um Plano de Reabilitação Urbana

1. Metodologia

A metodologia deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Definição e delimitação do perímetro de reabilitação, sua apresentação e justificativa;
- b) Descrição do(s) objetivo(s) geral(is) do plano, bem como dos objetivos específicos de curto, médio e longo prazos;
- c) Definição de pesquisas, levantamentos e mapeamentos necessários para desenvolver o diagnóstico da área e levantamento das informações existentes e das que necessitam ser produzidas.
- d) Levantamento sumário dos principais agentes públicos e privados envolvidos na reabilitação do perímetro do plano (órgão, secretaria e instituições das três esferas de governo, agentes privados e entidades da sociedade civil organizada);
- e) Previsão das formas de participação, acompanhamento e monitoramento das ações pela sociedade civil;
- f) Principais informações e indicadores urbanos que comporão o sistema de monitoramento e acompanhamento, em conformidade com o objeto proposto. As formas para aquisição dessas informações e sua sistematização;
- g) Manifestação de conformidade do Plano de Reabilitação Urbana com as definições das normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural, com o Plano Diretor (através de lei específica, citação da previsão do plano ou do projeto no PD, ou apontamento da vinculação com os princípios e diretrizes do PD) ou instrumento de planejamento para reabilitação da mesma área de intervenção;
- h) Diretrizes do Plano de Reabilitação Urbana em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana e com o Estatuto da Cidade;
- i) Definição de instância responsável pela elaboração e/ou coordenação do Plano de Reabilitação Urbana, abrangendo obrigatoriamente a participação das diversas secretarias municipais ou estaduais envolvidas com os temas abordados no Plano;
- j) Cronogramas físico e financeiro.

2. Trabalho Social

Trata-se de um trabalho específico de participação social, para a população diretamente beneficiada pelo Plano com enfoque interdisciplinar que tem como objetivos a melhoria da qualidade de vida da população; a defesa dos direitos sociais; a garantia de acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos; e o incentivo e fortalecimento da cidadania, da participação e da organização autônoma. As atividades previstas devem acontecer obrigatoriamente ao longo de toda a elaboração do Plano de Reabilitação Urbana. Pode ser composto das seguintes atividades:

- a) Apoio à organização comunitária: ações de incentivo à criação de organismos representativos da população onde não exista e/ou incentivo ao desenvolvimento dos grupos representativos de segmentos da população existentes.
- b) Mobilização dos atores sociais, organizados ou não, com a realização de reuniões de discussão comunitárias para reconhecimento e de sistematização de informações sobre o município e a área de intervenção, tanto com a abordagem técnica quanto com a abordagem do olhar popular sobre o território;

c) Realização de oficinas e grupos de trabalho, com a identificação e entendimento da situação da área a ser reabilitada e das ações e intervenções previstas e/ou necessárias, especialmente quanto aos problemas, conflitos e potencialidades;

d) Apoio à montagem de redes sociais destinadas ao acompanhamento e assistência aos moradores e usuários da área de intervenção.

e) Promoção de atividades de educação patrimonial e/ou ambiental na comunidade envolvida com o objetivo de esclarecer a respeito da importância da preservação do patrimônio cultural e ambiental e para que a população entenda-se como co-responsável por sua manutenção e conservação.

3. Diagnóstico

É um conjunto de estudos que revelam as características do perímetro de intervenção escolhido. Através do diagnóstico é possível conhecer a realidade da área trabalhada.

Deve ser composto pelos seguintes itens, entre outros, selecionados de acordo com o(s) objetivos(s) do plano:

a) Levantamento da legislação incidente sobre a área: legislação urbanística, ambiental, social, de patrimônio cultural, entre outras, identificando pontos congruentes e conflitantes, quando estes existirem, além da necessidade de revisão, complementação, elaboração, etc.;

b) Levantamento sumário das pesquisas, planos, projetos e intervenções relevantes para a reabilitação do perímetro apontado (nas três esferas de governo) com as seguintes informações: implantados, em elaboração ou previstos;

c) Levantamento e mapeamento social, dividido em: *Levantamento detalhado dos grupos organizados da sociedade civil* (ONGs, entidades de classe e empresariais, movimentos sociais, associação de moradores, sindicatos, associações comerciais, clubes de lojistas) com os quais o plano será discutido e construído, com a instituição de uma agenda de participação envolvendo cada um dos agentes; e *Identificação do perfil socioeconômico da comunidade local* (identificando qual público reside ou trabalha na área, a presença de população em situação de rua, os possíveis habitantes após a realização das intervenções, bem como da intenção em morar no centro da cidade);

d) Levantamento e mapeamento das atividades econômicas: comércio, serviços, instituições, cooperativas, etc. e tendências e vocações para o desenvolvimento do município;

e) Levantamento e mapeamento físico-ambiental: composto de vários aspectos como estrutura fundiária, uso e ocupação do solo, trânsito, transporte, acessibilidade, infraestrutura, mobiliário urbano, meio ambiente, entre outros;

f) Levantamento e mapeamento do patrimônio cultural: bens inventariados e tombados (em nível municipal, estadual ou federal), bem como os bens com interesse de preservação;

g) Levantamentos, coleta, sistematização, atualização ou análise de diagnósticos ambientais ou estudos históricos, geográficos, sociológicos, econômicos, urbanísticos;

h) Levantamento e mapeamento de vazios urbanos, imóveis desocupados, terrenos e imóveis subutilizados, estado de conservação dos imóveis e dos espaços urbanos e uso do solo;

i) Levantamento e mapeamento dos imóveis públicos vazios e subutilizados, avaliação da situação fundiária dominial e jurídica e previsão de destinação. Caso não haja imóveis públicos ou se o número for irrisório, a mesma etapa deve ser cumprida com o conjunto de imóveis privados, vazios ou subutilizados;

k) Avaliação de áreas de oportunidade para promover parcerias públicas e público-privadas.

Observação: após a conclusão do diagnóstico deve ser elaborada uma matriz de conflitos e convergências que é um quadro construído a partir dos dados coletados no diagnóstico no qual as informações serão relacionadas e confrontadas. Para isso deverá ser seguida metodologia a ser fornecida pelo Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades,

4. Proposição de ações

Trata-se dos projetos, obras, instrumentos e estruturas propostas para a materialização do Plano de Reabilitação Urbana. Devem estar relacionadas aos objetivos pretendidos e ao diagnóstico realizado.

Deve ser composto pelos seguintes itens, entre outros, selecionados de acordo com o(s) objetivos(s) do plano:

- a) Elaboração ou modificação de leis: estudos e minutas de projetos de lei para a elaboração ou modificação de legislação urbana ou tributária que tenha implicação direta ou indireta na área de intervenção;
- b) Regulamentação e/ou implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade – EC: estudos e minutas de projetos de lei para a regulamentação e implementação do(s) instrumento(s) que tenha(m) implicação direta ou indireta na área de intervenção. O objetivo é cumprir a função social da propriedade e recuperar a valorização, revertendo-a em investimentos para a população de modo geral;
- c) Habitação na área central: desde ações de regularização fundiária e reabilitação de imóveis até modificações na legislação para incentivo à moradia e para atrair investidores, além da criação de programas, em especial aqueles não destinados à transferência de propriedade;
- d) Intervenções urbanísticas: implantação, ampliação, restauração, melhoria ou adequação de espaços de uso público, integração de modais (ônibus, metrô, trem...); plano de circulação viária; implementação de ciclovias; instalação de mobiliário urbano; obras de acessibilidade, entre outras;
- e) Intervenções arquitetônicas: implantação, ampliação, restauração, melhoria ou adequação em edificações de imóveis de uso público ou para uso público, habitacional ou misto;
- f) Elaboração de modelo de gestão para implementação, monitoramento e avaliação das ações previstas no Plano de Reabilitação Urbana incluindo capacitação técnica que vise o fortalecimento da gestão para elaboração e implementação de ações de reabilitação;
- g) Sistemas de informação e monitoramento: elaboração, desenvolvimento, capacitação e implantação de sistemas de informação e monitoramento e de organização e divulgação de informações que permitam produzir indicadores urbanos de reabilitação, acompanhar novos processos, divulgar novas práticas, além de discutir e avaliar experiências de reabilitação e a dinâmica urbana;
- h) Financiamento das ações: estudos de viabilidade econômico-financeira, estabelecendo os custos, formas e possibilidades de fontes de financiamento e de subsídios, entre outras.
- i) Estudos para a elaboração de minuta(s) de projeto(s) de lei de instalação de entidades, parcerias e sociedades para implementação das ações constantes nos planos de reabilitação..
- j) Proposição de ações, projetos e programas de educação patrimonial e/ou ambiental, projetos de turismo cultural sustentável e de promoção das ações a serem implementadas, entre outros;
- k) Proposição de projetos e intervenções urbanas para qualificação do pequeno comércio, do comércio ambulante e do comércio artesanal, valorizando e qualificando o espaço público;
- l) Proposição de projetos e intervenções urbanas para população em situação de rua, valorizando e qualificando o espaço público;

m) Proposição de programas que visem à dinamização da economia local com geração de emprego e renda com a inserção da população no mercado de trabalho, por meio de projetos de capacitação profissional, incentivos fiscais para atividades de prestação de serviços, entre outros;

n) Estudo ou proposta de modelagem de gestão manutenção e administração de imóveis.

ANEXO II - Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 2

A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de Termo de Referência com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) definição e delimitação do perímetro de reabilitação, sua apresentação e justificativa;
- b) objetivo(s) geral e específico(s) do projeto urbano integrado;
- c) programa básico de ocupação da área;
- d) definição de pesquisas, levantamentos e mapeamentos necessários para desenvolver o projeto e levantamento das informações existentes e das que necessitam ser produzidas;
- e) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pelo projeto urbano integrado;
- f) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- g) a manifestação de conformidade do projeto urbano integrado com as definições das normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural, com o Plano Diretor (através de lei específica, citação da previsão do plano ou do projeto no PD, ou apontamento da vinculação com os princípios e diretrizes do PD) ou instrumento de planejamento para reabilitação da mesma área de intervenção;
- h) as diretrizes do projeto urbano integrado em conformidade com diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana e com o Estatuto da Cidade;
- i) a previsão das formas de participação, acompanhamento e monitoramento das ações pela sociedade civil;
- j) definição da instância de elaboração e/ou coordenação do projeto urbano integrado, formada por técnicos e/ou gestores das diversas secretarias municipais ou estaduais envolvidas com os temas abordados;
- k) estudos de viabilidade e estratégias para execução da obra;
- l) os cronogramas físico e financeiro.

ANEXO III - Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 3

A elaboração de projetos nesta modalidade deve prever a execução de Termo de Referência com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) definição e delimitação do perímetro de reabilitação, sua apresentação e justificativa;
- b) objetivo(s) geral e específico(s) do projeto arquitetônico;
- c) programa básico para ocupação do(s) imóvel(is);
- d) definição de pesquisas, levantamentos e mapeamentos necessários para desenvolver o projeto e levantamento das informações existentes e das que necessitam ser produzidas;
- e) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pelo projeto;
- f) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- g) a manifestação de conformidade do projeto arquitetônico com as definições das normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural, com o Plano Diretor (através de lei específica, citação da previsão do plano ou do projeto no PD, ou apontamento da vinculação com os princípios e diretrizes do PD) ou instrumento de planejamento para reabilitação da mesma área de intervenção;
- h) as diretrizes do projeto arquitetônico em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana e com o Estatuto da Cidade;
- i) a previsão das formas de participação, acompanhamento e monitoramento das ações pela sociedade civil;
- j) definição da instância de elaboração e/ou coordenação do projeto arquitetônico, formada por técnicos e/ou gestores das diversas secretarias municipais ou estaduais envolvidas com os temas abordados e com representantes da sociedade civil organizada;
- k) estudos de viabilidade e estratégias para execução da obra;
- l) os cronogramas físico e financeiro.

ANEXO IV - Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 4

A execução de obras nesta modalidade deve prever a execução de Termo de Referência com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) definição e delimitação do perímetro de reabilitação, sua apresentação e justificativa;
- b) objetivo(s) geral e específico(s) da obras integradas de reabilitação urbana;
- c) programa básico de ocupação da área;
- d) os projetos executivos para execução da obra (exceto os cuja elaboração seja contratada nesta modalidade, segundo item 2.4.3 b);
- e) definição de pesquisas, levantamentos e mapeamentos necessários para desenvolver as obras e levantamento das informações existentes e das que necessitam ser produzidas.
- f) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pelas obras;
- g) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- h) a manifestação de conformidade das obras com as definições das normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural, com o Plano Diretor (através de lei específica, citação da previsão do plano ou do projeto no PD, ou apontamento da vinculação com os princípios e diretrizes do PD) ou instrumento de planejamento para reabilitação da mesma área de intervenção;
- i) as diretrizes das obras em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana e com o Estatuto da Cidade;
- j) a previsão das formas de participação, acompanhamento e monitoramento das ações pela sociedade civil;
- k) definição da instância de execução e/ou coordenação das obras, formada por técnicos e/ou gestores das diversas secretarias municipais ou estaduais envolvidas com os temas abordados;
- l) os cronogramas físico e financeiro.

ANEXO V - Conteúdo mínimo do Termo de Referência – Modalidade 5

A execução de obras nesta modalidade deve prever a execução de Termo de Referência com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) definição e delimitação do perímetro de reabilitação, sua apresentação e justificativa;
- b) objetivo(s) geral e específico(s) das obras;
- c) programa básico para ocupação do(s) imóvel(is);
- d) os projetos executivos para execução da obra (exceto os cuja elaboração seja contratada nesta modalidade, segundo item 2.5.3 b);
- e) definição de pesquisas, levantamentos e mapeamentos necessários para desenvolver as obras e levantamento das informações existentes e das que necessitam ser produzidas;
- f) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pelo projeto;
- g) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- h) a manifestação de conformidade das obras com as definições das normas e leis de proteção e preservação do patrimônio cultural, com o Plano Diretor (através de lei específica, citação da previsão do plano ou do projeto no PD, ou apontamento da vinculação com os princípios e diretrizes do PD) ou instrumento de planejamento para reabilitação da mesma área de intervenção;
- i) as diretrizes das obras em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana e com o Estatuto da Cidade;
- j) a previsão das formas de participação, acompanhamento e monitoramento das ações pela sociedade civil;
- k) definição da instância de elaboração e/ou coordenação das obras, formada por técnicos e/ou gestores das diversas secretarias municipais ou estaduais envolvidas com os temas abordados e com representantes da sociedade civil organizada;
- l) os cronogramas físico e financeiro.

ANEXO VI – Plano de Trabalho para todas as modalidades

PLANO DE TRABALHO					
01. DADOS CADASTRAIS					
Órgão/Entidade Proponente				CNPJ	
Indicar o nome do órgão/entidade interessada na execução do plano, projeto ou obra.				Indicar o número de inscrição do órgão/entidade proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.	
Endereço comercial					
Indicar o endereço completo do órgão/entidade proponente (rua, número, bairro, etc).					
Cidade	UF	CEP	DDD (Fone)	DDD (Fax)	Esfera Administrativa
Mencionar o nome da cidade onde esteja situado o órgão/entidade proponente.	Mencionar a sigla da unidade da federação a qual pertença a cidade indicada.	Mencionar o código do endereço postal da cidade mencionada.	Registrar o código do DDD e número do telefone onde esteja situado o órgão/entidade proponente.	Registrar o código do DDD e número do fax onde esteja situado o órgão/entidade proponente.	Registrar a esfera administrativa (federal, estadual, municipal, privada) a qual pertença o órgão/entidade proponente.
Conta Corrente	Banco		Agência	Praça de Pagamento	
Registrar o número da conta bancária do órgão/entidade proponente.	Indicar o código do banco ao qual esteja vinculada a conta-corrente		Indicar o código da agência do banco.	Indicar o nome da cidade onde se localiza a agência.	
Responsável				CPF	
Registrar o nome do responsável pelo órgão/entidade proponente.				Registrar o número da inscrição do responsável no Cadastro de Pessoas Físicas.	
CI/Órgão Expedidor	Cargo		Função		Matrícula

Registrar o número da carteira de identidade do responsável, sigla do órgão expedidor e unidade da federação.	Registrar o cargo do responsável.	Indicar a função do responsável.	Indicar o número da matrícula funcional do responsável.
Endereço Residencial		CEP	
Indicar o endereço completo do responsável (rua, número, bairro, etc.).		Registrar o código do endereçamento postal do domicílio do responsável.	

02. OUTROS PARTÍCIPES/INTERVENIENTES			
Órgão ou Entidade		CNPJ	Esfera Administrativa
Registrar o nome de outros órgãos ou entidades, que participarão do Convênio como executor ou interveniente.		Indicar o número de inscrição.	Registrar a esfera administrativa a qual pertença o interveniente ou executor.
Endereço		CEP	
Registrar o endereço completo do interveniente ou executor, número, bairro, cidade, UF.		Registrar o endereçamento postal do interveniente ou executor.	
Responsável		CPF	
Registrar o nome do responsável pelo órgão/entidade proponente.		Registrar o número da inscrição do responsável no Cadastro de Pessoas Físicas.	
CI/Órgão Expedidor	Cargo	Função	Matrícula
Registrar o número da carteira de identidade do responsável, sigla do órgão expedidor e unidade da federação.	Registrar o cargo do responsável.	Indicar a função do responsável.	Indicar o número da matrícula funcional do responsável.
Endereço Residencial		CEP	
Indicar o endereço completo do responsável (rua, número, bairro, etc.).		Registrar o código do endereçamento postal do domicílio do responsável.	

OBS: Se o campo for insuficiente para identificar outros partícipes o proponente poderá relacioná-los em documento a parte, do qual constarão os dados acima.

03. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Duração	
	Início:	mês/ano
	Término:	mês/ano

Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.

Identificação do Objeto

Indicar o objeto do plano, projeto ou obra.

Justificativa

Descrever com clareza e sucintamente as razões que levaram à proposição, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a localização geográfica a ser atendida, bem como os resultados a serem obtidos com a realização do plano, projeto ou obra de reabilitação urbana. (não há limite de texto)

Descrição das atividades:

Deve-se descrever as atividades que se pretende desenvolver para elaborar o plano ou projeto ou executar a obra. Segue um exemplo para a elaboração de Plano de Reabilitação Urbana:

O conteúdo mínimo de um Plano de Reabilitação Urbana deve ser dividido em metas/etapas/fases que deverão ser cumpridas no âmbito do contrato/convênio.

Ex: Meta 1 - Atividades de estruturação inicial

Meta 2 – Metodologia

Meta 3 – Diagnóstico (e assim por diante)

Cada meta/etapa/fase pode ser composta várias atividades.

Ex. Meta 1 – Atividades de estruturação inicial.

Atividade 1 - Oficina 1: Oficina para técnicos e consultores para difusão das diretrizes da Política Nacional de Reabilitação Urbana.

Atividade 2 - Levantamento sobre a organização social no município. (e assim por diante)

Cada atividade deve ter como resultado um produto que deverá ser entregue ao Ministério das Cidades.

Ex. Produto 1 – Relatório 1: Relatório de sistematização da oficina contendo atas, fotografias e demais registros.

Produto 2 - Relatório 2: Perfil das organizações da sociedade civil.

Após listar as metas, atividades e produtos é preciso descreve-las detalhadamente.

(não há limite de texto)



PT (P.X/X)	Entidade:		UF:	
------------	-----------	--	-----	--

04. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META/ETAPA)						
Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico	Duração		
	Fase Indicar como etapa ou fase cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta.		Unidade/ Produto Indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase.	Quantidade Indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida.	Início	Término
Denominação da meta	1.1	Denominação da atividade 1	Ex. Relatório 1: Denominação do relatório	Ex. 1	mês/ano	mês/ano
	1.2	Denominação da atividade 2	Ex. Livro: Denominação do livro	Ex. 1.000	mês/ano	mês/ano
	1.3	Denominação da atividade 3	Ex. DVD: Denominação do DVD	Ex. 5.000	mês/ano	mês/ano

Observação: preencher o quadro para todas as metas, etapas, atividades e produtos.

PT (P.X/X)	Entidade:		UF:	
-----------------------------	------------------	--	------------	--

05. PLANO DE APLICAÇÃO

Refere-se ao desdobramento da dotação e a sua conseqüente utilização em diversas espécies de gastos, porém correspondentes aos elementos de despesa de acordo com a legislação vigente.

Natureza da Despesa		Participação		
Refere-se ao elemento de despesa correspondente a aplicação dos recursos orçamentários.				
Código	Especificação	Proponente	Concedente	Total
Registrar o código referente a cada elemento de despesa.	Registrar o elemento de despesa correspondente a cada código.	Indicar o valor do recurso orçamentário a ser aplicado pelo proponente.	Registrar o valor do recurso orçamentário a ser transferido pelo órgão ou entidade federal responsável pelo programa projeto ou evento.	Registrar o valor em unidade de milhar, por elemento de despesa
Ex. 1.1.3 1 – Meta 1 – Etapa 3 - Atividade	Ex. Levantamento X	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX
	Ex. Elaboração de cronograma físico-financeiro	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX
	Ex. Elaboração do projeto X	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX
TOTAL GERAL		R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX
Indicar o somatório dos valores atribuídos aos elementos de despesa.				

Observação: preencher o quadro para todos os elementos de despesa, utilizando uma linha para cada elemento.

PT (P.X/X)	Entidade:		UF:	
------------	-----------	--	-----	--

06. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Refere-se ao desdobramento da aplicação dos recursos financeiros em parcelas mensais de acordo com a previsão de execução das metas do projeto, ser for o caso.

CONCEDENTE – ano

Registrar o valor mensal a ser transferido pelo órgão/entidade responsável pelo programa.

Metas	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Total
Indicar o número de ordem seqüencial da meta.				
1	R\$ X,XX			R\$ X,XX
2		R\$ X,XX		R\$ X,XX
3			R\$ X,XX	R\$ X,XX
Total				
Indicar o total do desembolso por mês	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX

Observação: O número de colunas corresponde ao número de meses do contrato/convênio
O mês 1 corresponde ao primeiro mês após a assinatura do contrato/convênio.
Caso não haja desembolso e algum mês, deixar a célula em branco.

PT (P.X/X)	Entidade:		UF:	
------------	-----------	--	-----	--

PROPONENTE – ano

Registrar o valor mensal a ser desembolsado pelo proponente.

Metas Indicar o número de ordem seqüencial da meta.	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Total
1	R\$ X,XX			R\$ X,XX
2		R\$ X,XX		R\$ X,XX
3			R\$ X,XX	R\$ X,XX
Total Indicar o total do desembolso por mês	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX	R\$ X,XX

Observação: O número de colunas corresponde ao número de meses do contrato/convênio.
O mês 1 corresponde ao primeiro mês após a assinatura do contrato/convênio.
Caso não haja desembolso em algum mês, deixar a célula em branco.

PT (P.X/X)	Entidade:		UF:	
-----------------------------	------------------	--	------------	--

08. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Constar local, data e assinatura da autoridade competente do órgão ou entidade responsável pelo plano, projeto ou obra.

Aprovado pelo Concedente		
Local e Data:	ASSINATURA DO PROPONENTE	Assinatura

Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério das Cidades, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Fazer constar o nome do órgão ou entidade responsável pelo plano, projeto ou obra ao qual está sendo proposto o plano de trabalho. Constar o local, data e assinatura do representante legal do órgão ou entidade proponente.

Nome:		
Cargo:		
Local e Data:		Assinatura

ANEXO VII – Declaração de capacidade técnica e gerencial

Declaro para os devidos fins que a estrutura organizacional *da Prefeitura Municipal de/do estado de* XXXXXXXXXXXX dispõe de um quadro de técnicos especializados com capacidade técnica e gerencial para o acompanhamento do *Contrato/Convênio* cujo objeto é XXXXXXXXXXXX, cadastrado no portal SICONV com o nº XXXXXXXXX.

Município X, XX de XXXXXXXXX de 2012

Assinatura do responsável

ANEXO VIII – Declaração de disponibilidade de Contrapartida

Declaro para os devidos fins que a *Prefeitura Municipal de/do estado de* XXXXXXXXXXXXXXXX assegura os recursos destinados à contrapartida do *Contrato/Convênio* cujo objeto é XXXXXXXXXX, cadastrado no portal SICONV com o nº XXXXXXXXX no valor de R\$ XXXXX. Os recursos advêm da ação orçamentária XXXXXXXXXXXX e correspondem a X% do valor total de R\$ XXXXXXXX a ser conveniado com o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Município X, XX de XXXXXXXX de 2012

Assinatura do responsável